

20
ANOS

COMITÊ BRASILEIRO
DE DEFENSORAS E DEFENSORES
DE DIREITOS HUMANOS



DOSSIÊ
EDIÇÃO
ESPECIAL

VIDAS em LUTA

20 anos na Defesa do Direito de Lutar

VIDAS **em** **LUTA**

20 anos na Defesa do Direito de Lutar

SUMÁRIO

06 Apresentação

09 Metodologia

1. Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos: 20 anos de luta pelo direito de lutar

15 Nossa história

36 Da incidência pelo fortalecimento da política às metodologias de proteção integral

71 O trabalho em rede pela garantia dos direitos de quem defende direitos humanos

2. Política de Proteção no Brasil: 20 anos do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas

76 Da reivindicação popular pela criação do mecanismo institucional de proteção no Brasil aos problemas e desafios sobre sua concepção (PPDDH)

81 Os avanços, retrocessos e desafios quanto aos marcos normativos do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos

90 Programa de Proteção: como se estrutura e por que não atende aos anseios populares sobre a proteção a defensoras e defensores de direitos humanos

97 Série histórica da rede do PPDDH: política pública se faz com estrutura e orçamento

110 Os sujeitos da política e a expectativa de cumprimento da dimensão integral e coletiva da proteção

122 Transparência ativa e participação social na política de proteção

127 Plano Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos: desafios e perspectivas

3. Conclusões e recomendações

138 Desafios e perspectivas à proteção de defensoras e defensores de direitos humanos

140 Recomendações



A elaboração desta **edição especial do Dossiê Vidas em Luta** seguiu uma metodologia estruturada em quatro etapas: validação de roteiro, listas e formulários preliminares; coleta de dados; análise e sistematização das informações; e validação do documento final. A abordagem combinou métodos qualitativos, levantamento de dados oficiais e análise documental, buscando assegurar a precisão e a relevância do conteúdo produzido.

A metodologia adotada buscou garantir a qualidade e a precisão das informações coletadas e analisadas, assim como propiciou a escuta e a construção colaborativa do documento.

A primeira etapa foi dedicada à apresentação e validação de documentos preliminares. Entre eles, estavam uma proposta de sumário, listas de documentos históricos e sugestões de entrevistados, além de ofícios com pedidos de informações via Lei de Acesso à Informação (LAI). Também foram identificadas outras fontes importantes, como relatórios institucionais, livros, pesquisas acadêmicas, notícias de jornal e documentos produzidos pelo próprio Comitê.

Na segunda etapa, foi realizada a coleta de dados, com o uso de estratégias diversificadas. Foram protocolados pedidos de informações públicas, também via LAI, junto ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e a todos os estados em que o PPDDH foi implementado, a saber: Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Maranhão, Pará e Mato Grosso. Também foram realizadas quatorze entrevistas com representantes de organizações

vinculadas ao Comitê, organizações e secretarias de Estado que executam o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH), membros do Grupo de Trabalho Técnico (GTT) Sales Pimenta e com o representante do Ministério Público Federal (MPF) responsável pela ação civil pública (ACP) que ensejou a criação do GTT Sales Pimenta.

A terceira etapa focou na sistematização das informações e na validação de uma versão preliminar do dossiê. Os dados das entrevistas, respostas obtidas via LAI e documentos analisados foram então organizados e interpretados para compor uma versão inicial do documento.

Já a quarta etapa envolveu a elaboração e entrega da versão final do dossiê. Incorporadas as recomendações, o documento passou por uma revisão e checagem detalhada de conteúdo, garantindo nitidez e consistência. A sistematização cuidadosa das diversas fontes e a participação de distintas entidades do Grupo Animador² nos processos de revisão resultaram em um documento sólido e abrangente, que oferece uma base confiável sobre a história do Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos e também sobre os desafios à implementação da Política de Proteção no Brasil.

Por último, o documento apresenta um conjunto de recomendações, sistematizadas a partir das reflexões e acúmulos desses vinte anos de atuação do Comitê Brasileiro DDH, que apontam perspectivas e desafios para o futuro da luta pela proteção de defensoras e defensores de direitos humanos e coletividades no Brasil.

2. O Comitê é coordenado através de um coletivo de 7 organizações, das 45 que compõem o CBDDH, denominado Grupo Animador (GA). Até a publicação deste dossiê, o GA era composto por: ARTIGO 19, ABGLT, CFEMEA, Cimi, Justiça Global, MST e Terra de Direitos.



DA INCIDÊNCIA PE

O

||
||
||

